

MEIO AMBIENTE

Prefeito Fuad Noman destaca que a área é patrimônio de BH e pode ir à Justiça para protegê-la. Deputado sugere o mesmo e ambientalistas também criticam decisão do Copam

PB QUER BARRAR PROJETO A SERRA DO CURRAL

MÁRCIA MARIA CRUZ

A Prefeitura de Belo Horizonte e deputados estaduais pretendem recorrer à Justiça para garantir a proteção da Serra do Curral, símbolo da capital, que está ameaçada, segundo ambientalistas, devido à autorização dada à Taquari Mineradora S.A. (Tamisa). O prefeito Fuad Noman estendeu o desacordo com a decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). "A gente vê com preocupação Belo Horizonte não estaria, em tese, atingida, por isso a cidade não foi incorporada no processo, mas estamos achando muito ruim".

A Prefeitura de Belo Horizonte pode recorrer à Justiça para suspender a decisão. "Vamos verificar se temos condições de entrar na Justiça para suspender essa decisão. A Serra do Curral não pode ser atacada", destacou o prefeito.

O pedido de licenciamento da Tamisa para exploração da Serra do Curral foi aprovado pelo Copam na madrugada de sábado. A decisão foi tomada por volta das 3h, depois de 18 horas de reunião virtual. A análise do Copam é a etapa final de avaliação técnica de órgãos ambientais do estado.

O deputado Rafael Martins, presidente da Comissão de Minas e Energia, também criticou a aprovação do projeto de mineração da Serra do Curral. "Recebi com perplexidade a aprovação do projeto criminoso de mineração da Serra do Curral. Este projeto que acredita estar acima do bem e do mal desconhece qualquer limite. Nem a orientação do Ministério Público foi respeitada", informou em nota.

"Quero aqui, como presidente da Comissão de Minas e Energia da ALMG, adiantar que, na segunda-feira, entrarei na Justiça para tentar barrar esse absurdo. Também convocaremos os conselheiros do Copam para que expliquem a decisão. E desta vez a reunião não será na calada da noite", disse.

TOMBADA A Serra do Curral foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1960 e pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O tombamento pelo município consta do processo 01.1.007.449.564, deliberado de 4 de abril de 1991.

PRONCIAMENTO Em nota oficial, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), informa que os processos de licenciamento são formalizados com amplos estudos técnicos que servem de suporte para decisão dos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias (CAM) e do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

"Sobre a concessão da Licença Prévia (LP) concomitante à Licença de Instalação (LI) para o Projeto Complexo Minerário Serra do Taquari (CMST), discutida na sexta-feira (30), informamos que a definição do deferimento ou indeferimento das respectivas licenças pertence ao Copam — órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, composto por diversas instituições, com representantes do Poder Público e também da Sociedade Civil".

O prefeito de Nova Lima, João Marcelo Dieguez Pereira (Cidadania), também se pronunciou por meio e nota: "A Prefeitura de Nova Lima informa que todo processo de licenciamento mineral é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor".

Até o fechamento da edição, a Tamisa não se manifestou. Foram feitas tentativas de contato via telefone e e-mail no site da mineradora, mas os responsáveis não retornaram.



Cartão-postal de Belo Horizonte, o Serra do Curral vai ser explorada pela Taquari Mineradora com a aprovação do pedido de licenciamento

FOTOS: TUIO SANTOS/INVESTIA PRESS

CONFIRA A VOTAÇÃO NO COPAM

✓ A FAVOR

- Secretário de Estado de Governo (Segov)
- Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)
- Secretário de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes)
- Comitê de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig)
- Agência Nacional de Mineração (ANM)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas (Sindextr)
- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg)
- Sociedade Mineira de Engenheiros (SME)

✓ CONTRA

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
- Fundação Relicetos (Relicetos)
- Associação Promotiva (Promotiva)
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)

“A gente vê com preocupação. Vamos verificar se temos condições de entrar na Justiça para suspender essa decisão. A Serra do Curral não pode ser atacada”

■ Fuad Noman, prefeito de Belo Horizonte

“Existe uma ação civil pública no Ministério Público de Minas Gerais contra a ação. A sociedade civil e todos os públicos que participaram da reunião não vão desistir. Vamos recorrer e lutar”

■ Cláudia Pires, arquiteta, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)

“Também convocaremos os conselheiros do Copam para que expliquem a decisão. E desta vez a reunião não será na calada da noite”

■ Rafael Martins, deputado e presidente da comissão de Minas e Energia do ALCM

“A Prefeitura de Nova Lima informa que todo processo de licenciamento mineral é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor”

■ João Marcelo Dieguez Pereira, prefeito de Nova Lima

Ativistas defendem a preservação

ANA LAURA QUEIROZ* e BEL FERAZ

A decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em liberar a exploração de mineradora na Serra do Curral, em Nova Lima, no limite com Belo Horizonte, na madrugada de ontem, está sendo duramente criticada por ativistas e manifestantes que defendem a preservação da serra. A decisão, tomada sob fortes protestos de ambientalistas, é a etapa final de avaliação técnica de órgãos ambientais do estado.

A arquiteta Cláudia Pires, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), esteve presente na reunião e ficou até a decisão final. "Fizeram uma inversão de pauta. Primeiro, fomos nós manifestar contra a instalação da mineradora e realizar a votação, mas o

presidente da reunião inverteu e colocou outras pautas primeiro, tentando desmotivar as manifestações contra a liberação da mineração na serra. Muita gente queria falar, mas o presidente controlou a sala de forma muito autoritária e poucas pessoas foram ouvidas".

A vereadora Duda Salabert (PDT) também acompanhou a reunião virtual e apontou irregularidades na votação: "As operações feitas pelas mineradoras no estado são idênticas aos acontecimentos de ontem. São processos ilegais, imorais e com poder econômico que influencia diretamente os votos dos conselheiros, que estão diretamente ligados ao projeto mineral que foi aprovado".

Mesmo com a aprovação do Copam, Cláudia garante que os representantes da sociedade que se ma-

nifestaram contra a liberação da mineração na serra não desistiram. "Existe uma ação civil pública no Ministério Público de Minas Gerais contra a ação. A sociedade civil e todos os públicos que participaram da reunião não vão desistir por causa dessa votação. Vamos recorrer e lutar contra".

Duda afirmou que uma reunião de emergência já foi marcada para discutir as próximas ações. "Vamos acionar a Justiça, a fim de anular a reunião de ontem, já que existem evidências de irregularidades nela e vamos também tentar aprovar na Câmara uma CPI para averiguar o motivo de Belo Horizonte não ser consultada e o motivo de a Prefeitura de BH ter se mantido em silêncio sobre o assunto tanto no governo Alexandre Kalil quanto no de Fuad Noman".

EXPLORAÇÃO O projeto da Tamisa prevê a instalação do Complexo Minerário Serra do Taquari (CMST) em área equivalente a 1.200 campos de futebol, no local da Fazenda Ana Cruz, próxima ao Pico Belo Horizonte.

O processo de exploração tem duas etapas: na primeira, é esperada a extração de 31 milhões de toneladas de minério ao longo de 13 anos. A segunda consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de titânio e nióbio, com dois anos de implantação e nove de operação.

Na quarta-feira, em uma tentativa de barrar o projeto, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação civil pública contra a mineradora e contra o município de Nova Lima. A ação defende que o projeto da Tamisa viola as regras urbanísticas previs-

tas no Plano Diretor de Nova Lima — legislação responsável por nortear os espaços da cidade.

Durante a semana, ambientalistas fizeram atos e protestos contra a mineração no local. Segundo o movimento, entre os impactos estão a destruição da biodiversidade na serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério, a poluição sonora causada pela atividade de mineração em três turnos diários, riscos de deslizamentos amplificados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo, além da morte de cursos d'água que nascem no região.

*Estágio sob supervisão de editora Vera Schmitz

Foliões protestam na Praça da Estação

Blocos de carnaval protestaram contra a decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) que autorizou atividade de mineração na Serra do Curral. Com oito votos a favor e quatro contra, a decisão foi tomada na madrugada de ontem à tarde, por volta das 14h, os blocos carnavalescos se reuniram na Praia da Estação, evento de contestação que ocupa a Praça da Estação, no Centro da capital.

O bloco Juventude Bronzeada foi dos que puxaram o protesto. O artista Domingos Vieira, de 44 anos, fantasiou-se de fã do futebol para ir ao protesto. Morador do Bairro São Lucas, ele afirmou que a mineração prejudica toda a cidade, em especial o Bairro Taquari, na Região Leste. "Depois de 19 horas de conversa, eles esperaram as pessoas saírem para aprovar de madrugada", criticou ele e a dinâmica da reunião do Copam.

para esse megaequipamento de mineração", disse.

Luiza lembrou que a aprovação descordou a opinião da sociedade civil, que é contrária à mineração no cartão-postal de Belo Horizonte. "Fizemos um movimento popular para tentar pressionar os conselheiros a votarem de forma justa, levando em consideração o bem-estar da população de Belo Horizonte, e eles preferiram dar prioridade para a iniciativa privada", afirmou.

O artista Domingos Vieira, de 44 anos, fantasiou-se de fã do futebol para ir ao protesto. Morador do Bairro São Lucas, ele afirmou que a mineração prejudica toda a cidade, em especial o Bairro Taquari, na Região Leste. "Depois de 19 horas de conversa, eles esperaram as pessoas saírem para aprovar de madrugada", criticou ele e a dinâmica da reunião do Copam.

PROJETO DE LEI O Praia da Estação também protestou contra o Projeto de Lei 307/22, que tramita na Câmara Municipal de Belo Horizonte. "Esse projeto de lei vai permitir que empresas privadas façam eventos em espaços públicos cobrando ingresso. O Praia da Estação nasceu para defender o uso do espaço público múltiplo, aberto e livre", afirmou Luiza. Os movimentos afirmam que o projeto, de autoria do vereador Gabriel Azevedo, promoverá a privatização dos espaços públicos da capital.

Assinado pelos vereadores Gabriel Azevedo, Jorge Santos, Marcos Crispim, Nely Aquino, Professor Juliano Lopes e Wanderley Porto, o projeto de lei altera a Lei 9.063/05, que regula procedimentos e exigências para a realização de evento em BH. (MJC)



Blocos carnavalescos se reuniram na Praia da Estação, evento de contestação que ocupa a Praça da Estação, no Centro da capital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 15/05/2022
Convenção de acionistas e convocação à Assembleia Geral Extraordinária de Condomínio do Centro da Serrinha, que se realizará na Sede Administrativa deste Condomínio, localizada na Fazenda Coqueira nº 10, km 05, no município de Jandaraí, Minas Gerais, no dia 15 de maio de 2022 (DOMINGO - 15/05/2022), em primeira chamada às 8:30h, e em segunda chamada, às 9:00h, para deliberar sobre o seguinte Ordem do Dia:
1. Apresentação do parecer do Conselho de Curadores referente ao período de agosto de 2020 a Outubro de 2020, de competência do acionista;
2. Apresentação do parecer do Conselho de Curadores referente ao período de Novembro de 2020 à 06 de novembro de 2021, de competência do ex-sindico